



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE AS CONTAS DE GOVERNO DO PREFEITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TIO HUGO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

Conforme prevê o art. 71, da Resolução TCE/RS nº 1.028, de 4 de março de 2015 e as instruções contidas a alínea "a", inciso III, art. 2º, da Resolução nº 1.052, de 18 de dezembro de 2015, editada por desta Egrégia Corte de Contas, encaminho o Relatório sobre as contas de governo referentes as atividades públicas realizadas no Município, relativo ao exercício de 2016, no que se refere à Administração Direta.

Destaca-se que seguem nesta Prestação os seguintes documentos:

Destaca-se que seguem nesta Prestação os seguintes documentos:

I – Sobre a administração econômico-financeira e patrimonial:

- a. Relatório minucioso do Prefeito sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações fisco-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS);
- b. Relatório e parecer do responsável pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, que evidencie a consistência dos sistemas de controle interno da administração do Executivo Municipal;
- c. Declaração firmada pelo contador e ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização de conciliações bancárias e seus respectivos resultados;
- d. Demonstrações contábeis do exercício anterior, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, compreendendo os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais;
- e. Cópia da atas de encerramento do inventário de bens e valores, elaboradas pela comissão inventariante, evidenciando eventuais diferenças e as respectivas providências adotadas;
- f. Declaração firmada pelo Prefeito de que os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas, nos termos do artigo 6º e 15 da Resolução nº 963, de 19 de dezembro de 2012;
- g. Declaração firmada pelo operador responsável pelo Sistema Base de Legislação Municipal (BLM), informando terem sido devidamente encaminhadas as leis que compõem o processo orçamentário, bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito.



Cabe salientar, que os documentos para o exame das Contas de Gestão do Poder Executivo Municipal de Tio Hugo, referente ao **Exercício Financeiro de 2016**, nos termos definidos pelo art. 3º da Resolução TCE/RS nº 1.052, de 18 de dezembro de 2015, serão colocados à disposição do Tribunal de Contas, para fins de eventual requisição, os seguintes documentos, a partir do último dia útil do mês de janeiro de 2017.

II – Sobre a aplicação dos recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE):

- a. Relatório e parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), previsto na Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, relativo à alocação e à aplicação dos recursos vinculados a esse Fundo; e
- b. Relatório e parecer do responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI), relativo à aplicação dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;

III – Sobre a aplicação dos recursos vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):

- a. Relatório e parecer do Conselho Municipal de Saúde, previsto na Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e
- b. Relatório e parecer do responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI), relativo à aplicação dos recursos vinculados às ações e aos serviços públicos de saúde.

1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os efeitos da receita e da despesa pública sobre o orçamento e sobre o Patrimônio, por serem fartamente abordados nos demonstrativos orçamentários e contábeis anexos na presente Prestação de Contas, deixam de ser reproduzidos.

1.1) Limites de despesas com pessoal, endividamento e despesa com terceiros.

O presente item deixa de ser abordado por já constituir em processo próprio da Gestão Fiscal e encaminhado ao Tribunal no período correspondente, juntamente com o Sistema para Informações e Auditoria para Prestação de Contas - SIAPC relativos ao exercício de 2016.

2 – DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL – PPA



As metas previstas no PPA vigente foram realizadas em sua maioria de acordo com o previsto.

No que diz respeito em específico ao exercício de 2016, as ações previstas foram executadas em sua maioria conforme o planejamento.

Quanto ao cumprimento dos programas de governo e suas ações, estas alcançaram, no exercício que se encerrou em 31-12-2016, a execução orçamentária conforme a tabela abaixo, recursos investidos em cada programa de governo visando atingir os indicadores de desempenho propostos:

Descrição	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO	753.579,95	753.579,95	753.405,95
0003 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	2.596.344,80	2.596.344,80	2.581.344,80
0004 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	185.412,60	185.412,60	185.412,60
0005 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA SAÚDE	390.891,40	390.891,40	390.891,40
0006 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	243.982,06	243.982,06	243.982,06
0007 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUN. DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOLESC.	76.005,87	76.005,87	76.005,87
0008 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	314.852,29	314.852,29	314.852,29
0009 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE OBRAS	1.919.413,12	1.919.413,12	1.919.413,12
0010 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO	59.313,24	59.313,24	59.313,24
0011 - GESTÃO DE OPERAÇÕES E ENCARGOS ESPECIAIS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	541.096,60	541.096,60	541.096,60
0101 - EDUCANDO COM QUALIDADE	2.712.317,97	2.712.317,97	2.712.317,97
0102 - ENSINANDO PARA O FUTURO	101.510,25	101.510,25	101.510,25
0103 - APOIANDO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	68.361,01	68.361,01	68.361,01
0104 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	50.264,08	50.264,08	50.264,08
0105 - SAUDE É BEM-ESTAR	1.698.390,43	1.698.390,43	1.698.390,43
0106 - JOVEM CIDADÃO	0,00	0,00	0,00
0107 - SOS MEIO AMBIENTE	195.002,41	195.002,41	195.002,41
0108 - DIGNIFICAR	75.087,91	75.087,91	75.087,91
0109 - MORAR MELHOR	25.724,58	25.724,58	25.724,58
0110 - CRESCENDO COM EDUCAÇÃO	519.013,35	519.013,35	519.013,35



0112 - FORTALECIMENTO DO CAMPO	63.136,64	63.136,64	63.136,64
0113 - DESENVOLVIMENTO URBANO EM AÇÃO	912.237,50	912.237,50	907.426,28
0114 - INTERIOR DESENVOLVIDO	243.867,83	243.867,83	243.867,83
0115 - SAÚDE PREVENTIVA	376.220,13	376.220,13	376.220,13
0116 - TIO HUGO - CRESCIMENTO INTEGRADO	68.306,93	68.306,93	68.306,93
0117 - ESPORTE - ATIVIDADE FÍSICA E ENVOLVIMENTO SOCIAL	46.545,12	46.545,12	46.545,12
0120 - GESTANTE ASSISTIDA	12.997,56	12.997,56	12.997,56
0125 - TURISMO: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	10.948,16	10.948,16	10.948,16
TOTAL	14.260.823,79	14.260.823,79	14.240.838,57

2.1 – DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2016

A Administração Pública Municipal considera como principais realizações no exercício encerrado as seguintes:

- a construção do centro administrativo do Poder Executivo Municipal, obra que proporciona melhores condições de trabalho as servidores públicos, bem como constitui um espaço físico mais adequado para atender à comunidade tio-huguense;
- a aquisição de trator para a Secretaria da Agricultura, visando melhor atender os pequenos produtores rurais e o fortalecimento do agronegócio, a permanência do homem no campo e a geração de renda;
- a aquisição de novo veículo para a Secretaria da Saúde, visando sempre disponibilizar boa estrutura para bem atender a comunidade na área da saúde;
- investimentos em pavimentação de vias públicas do perímetro urbano e execução de micro drenagens, obras de grande importância para o contexto da infra-estrutura urbana, essencial para o desenvolvimento o bem-estar social;

Além disso, destacamos importantes atividades mantidas, que estão relacionadas aos serviços públicos de grande importância disponibilizados à comunidade, tais como o Programa Saúde da Família, a distribuição de medicamentos em boas quantidades e variedades, a boa conservação das estradas do interior do Município, os auxílios para atividades da segurança pública no Município, a manutenção da limpeza urbana, a execução do programa Dignificar, que atende a população mais carente do Município, entre outras.



3 – DAS INFORMAÇÕES SOBRE VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS

3.1) RECURSOS APLICADOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE, INCLUINDO OS RECURSOS DO FUNDEB

No exercício em análise foram gastos R\$ 3.194.593,34 (três milhões, cento e noventa e quatro mil, quinhentos e noventa e três reais, trinta e quatro centavos) na MDE, o que corresponde a 25,68% da receita resultante de impostos e transferências constitucionais.

O valor despendido na MDE pode ser assim identificado:

Receitas que compõem a Base de Cálculo:

BASE CÁLCULO MDE E FUNDEB	VALOR	Educação %	VALOR
Receita de Impostos Municipais	757.304,20		189.326,05
IPTU	217.512,09	25,00%	54.378,02
ITBI	102.923,05	25,00%	25.730,76
IRRF	179.451,81	25,00%	44.862,95
ISSQN	257.417,25	25,00%	64.354,31
Dívida Ativa de Impostos	60.660,93		15.165,23
Dívida Ativa do IPTU	47.078,08	25,00%	11.769,52
Dívida Ativa do ISSQN	13.582,85	25,00%	3.395,71
Multas e Juros de Mora de Impostos	7.605,41		1.901,35
Multas e Juros de Mora do IPTU	4.644,58	25,00%	1.161,15
Multas e Juros de Mora do ISSQN	2.960,83	25,00%	740,21
Mult. e Juros de Mora Dív. At. de Impostos	13.848,72		3.462,18
Multas e Juros de Mora Dív. Ativa do IPTU	12.490,17	25,00%	3.122,54
Multas e Juros de Mora Dív. Ativa do ISSQN	1.358,55	25,00%	339,64
Transferências Federais	7.827.112,92		1.956.778,23
FPM	7.798.587,28	5,00%	389.929,36
		20,00%	1.559.717,46
ITR	9.366,10	5,00%	468,31
		20,00%	1.873,22
LC 87/96	19.159,54	5,00%	957,98
		20,00%	3.831,91
Transferências Estaduais	3.322.021,56		830.505,39
ICMS	2.948.637,85	5,00%	147.431,89
		20,00%	589.727,57
IPI/Exportação	36.850,12	5,00%	1.842,51
		20,00%	7.370,02
IPVA	336.533,59	5,00%	16.826,68
		20,00%	67.306,72
BASE TOTAL MDE	11.988.553,74	25,00%	
Rend. de Aplicação Financeira MDE e Fundeb	6.027,70	100,00%	6.027,70

MDE	
Valor a ser aplicado MDE	R\$ 2.997.668,89
Total Gastos MDE	R\$ 3.194.593,34



Percentual MDE	26,68
----------------	-------

FUNDEB			
		Transferências	R\$ 1.986.732,07
		Retenções	R\$ 2.122.633,51
		Perda	R\$ (135.901,44)
		Rendimentos	R\$ 6.015,10
Gastos Fundeb	Valor	Índices	Percentual
Fundeb total	R\$ 2.199.194,27	Perc. desp. s/ receita	110,36
Fundeb 60%	R\$ 1.506.349,97	Perc. 60% s/ receita	75,59
Fundeb 40%	R\$ 692.844,30	Perc. 40% s/ receita	34,77

PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS COM RECURSOS PRÓPRIOS, TRANSFERÊNCIAS DO FNDE E CONVÊNIOS – ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

1010 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS	31.374,60
1013 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	12.714,38
1015 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP. P/ SEC. EDUCAÇÃO E ESCOLAS	2.910,00
1070 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP. P/ ESCOLAS MUNICIPAIS	446,68
2011 - MERENDA ESCOLAR	122.587,90
2014 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	530.019,41
2015 - TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	101.510,25
2016 - AUXÍLIO AO TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR	68.361,01
2021 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	185.412,60
2029 - CONSERVAÇÃO DE ESCOLAS E QUADRAS DE ESPORTES	29.451,57
2076 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 60%	1.155.539,31
2077 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 40%	630.701,29
2080 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - 60%	354.625,00
2081 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - 40%	28.430,42
2087 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO (MDE)	319.160,73
2088 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL (MDE)	13.370,03
TOTAL	3.586.615,18

Das ações acima transcritas, no que se refere ao aspecto físico, destacamos as seguintes:

Nº DE ALUNOS ATENDIDOS INFANTIL E FUNDAMENTAL	496
Nº DE ALUNOS ATENDIDOS COM MERENDA	496
Nº DE ALUNOS NÃO ATENDIDOS COM MERENDA	0
Nº DE ALUNOS ATENDIDOS COM TRANSPORTE	411
Nº DE ALUNOS NÃO ATENDIDOS COM TRANSPORTE	85
Nº DE ALUNOS ATENDIDOS NO ENSINO MÉDIO	114
Nº DE ALUNOS ATENDIDOS COM TRANSPORTE	101
Nº DE ALUNOS NÃO ATENDIDOS COM TRANSPORTE	13



Nº DE ALUNOS AUXILIADOS NO ENSINO SUPERIOR	62
---	-----------

Item	Obras, Instalações, Móveis e Equipamentos Adquiridos
1	Obras de Reformas, manutenção e Conservação dos prédios das 6 Escolas Municipais, 4 quadras de esportes e áreas escolares de recreação e lazer
2	Conclusão do fechamento em estrutura de alumínio e vidro temperado da área central (local de recreação, refeitório e corredores) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antonio Parreiras
3	Aquisição de Materiais, Utensílios e Equipamentos Necessários

Item	CURSOS E PALESTRAS
1	Encontro de estudos e planejamentos por escolas, separados por nível de ensino (educação infantil, séries iniciais e séries finais)
2	Educação para o Pensar
3	Projeto Escola no Campo
4	Projeto Valores
5	Projetos Hora Cívica nas escolas
6	Formação Continuada dos Professores da Rede Pública Municipal
7	Grupos de Dança
8	Projeto Centopéia da Leitura
9	Projeto Mostra Literária
10	Projeto Festival de Paródias
11	Projetos temáticos na EMEI Arlindo Kerber: semana da vovó, semana da alimentação, semana da pátria, semana farroupilha, envolvendo a família na escola

Observação: O município atende a Educação Infantil (4 meses a 5 anos) e o Ensino Fundamental completo

3.2) RECURSOS APLICADOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

No exercício em análise, a execução orçamentária demonstrou a aplicação de R\$ 2.018.690,92 (dois milhões, dezoito mil, seiscentos e noventa reais, noventa e dois centavos) em Ações e Serviços Públicos de Saúde, representando 16,84% da receita base de cálculo.

O valor despendido nas ASPS pode ser assim Identificado:

Receitas que compõem a Base de Cálculo:

BASE CÁLCULO ASPS	VALOR	Saúde %	VALOR
Receita de Impostos Municipais	757.304,20		113.595,63
IPTU	217.512,09	15%	32.626,81
ITBI	102.923,05	15%	15.438,46



IRRF	179.451,81	15%	26.917,77
ISSQN	257.417,25	15%	38.612,59
Dívida Ativa de Impostos	60.660,93		9.099,14
Dívida Ativa do IPTU	47.078,08	15%	7.061,71
Dívida Ativa do ISSQN	13.582,85	15%	2.037,43
Multas e Juros de Mora de Impostos	7.605,41		1.140,81
Multas e Juros de Mora do IPTU	4.644,58	15%	696,69
Multas e Juros de Mora do ISSQN	2.960,83	15%	444,12
Mult. e Juros de Mora Dív. At. de Impostos	13.848,72		2.077,31
Multas e Juros de Mora Dív. Ativa do IPTU	12.490,17	15%	1.873,53
Multas e Juros de Mora Dív. Ativa do ISSQN	1.358,55	15%	203,78
Transferências Federais	7.827.112,92		1.174.066,94
FPM	7.798.587,28	15%	1.169.788,09
ITR	9.366,10	15%	1.404,92
LC 87/96	19.159,54	15%	2.873,93
Transferências Estaduais	3.322.021,56		498.303,23
ICMS	2.948.637,85	15%	442.295,68
IPI/Exportação	36.850,12		5.527,52
IPVA	336.533,59	15%	50.480,04
BASE TOTAL ASPS	11.988.553,74	15%	1.798.283,06
Rendimentos de Aplicação Financeira ASPS	2.364,09		2.364,09

Demonstrativo do índice aplicado

Aplicado em ASPS	
Valor mínimo a ser aplicado em ASPS	R\$ 1.798.283,06
Valor Total aplicado em ASPS (- rendimentos de aplicação)	R\$ 2.018.690,92
Percentual aplicado em ASPS	16,84

PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS - RECURSOS PRÓPRIOS, CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO

1020 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ SEC. SAÚDE	5.382,30
1021 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO P/ SECRETARIA DA SAÚDE	63.124,11
1022 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	17.057,63
2031 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE	390.891,40
2032 - AUXÍLIO A GESTANTES	12.997,56
2033 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	130.022,71
2034 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL	34.005,60
2036 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	195.719,84
2037 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	137.621,67
2038 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	25.088,48
2040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.448.798,08
2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	17.790,14
TOTAL	2.478.499,52



Das ações acima transcritas, no que se refere ao aspecto físico, destacamos as seguintes:

A T E N D I M E N T O S

TIPO	Totais do ano
Consultas	TOTAL
Dr. Grazieli (Ginecologista)	886
Prev. Câncer	218
Dr. Sérgio (Clínico Geral)	781
Dr. Daniuska (Mais Médicos)	5.129
Dr. Natasha (Pediatra)	72
Dr. Jorge (Clínico Geral)	1.574
Dr. José Luiz(Clínico Geral/Pediatra)	848
Total	9.508
Atendimentos dos Profissionais	TOTAL
Psicóloga-Camila (E-SUS)	343
Psicóloga-Camila (Planilha Pessoal)	619
Psicóloga-Camila (Grupos Planilha Pessoal)	24
Psicóloga-Camila (Grupos E-SUS)	1
Nutricionista(Edna)	159
Fisioterapeuta(Gabriela)	2.198
Fonoaudióloga (Marluci)	31
Fisioterapeuta(Joceli)	123
Total	3.498
Atendimento c/ equipe de enfermagem e ESF	TOTAL
Teste Pezinho	41
Admin.medicamentos	980
Retirada de Pontos	58
Nebulizações	0
Teste de Glicose(HGT)	374
Curativo	327
Vacinas aplicadas	2.949
Pessoas Vacinadas	695
Coleta Anti-HIV	59
Coleta Anti-HCV	59
Eletrocardiograma	169
Pressão Arterial	5.379
Atividade em Grupo	74
Outros	0
Agentes Comum. Saúde	9.277
Total	20.441
Atendimentos da Enfermeira ESF	TOTAL
Cons. Gestantes pré-natal	24
Consulta de Hipertensos	1
Cons. Saúde da Mulher	158



Atendimento de Emergência	0
Realização de palestras	0
Visitas domiciliar	27
Consultas de Diabéticos	0
Outras consultas	476
Outras atividades	85
Total	771
Atend. da Enfermeira - Louise	TOTAL
Cons. Gestantes pré-natal	13
Consulta de Hipertensos	0
Cons. Saúde da Mulher	40
Atendimento de Emergência	0
Realização de palestras	0
Visitas domiciliar	5
Consultas de Diabéticos	0
Outras consultas	216
Outras atividades	369
Total	643
Atendimento Odontológico	TOTAL
Dr. Roberto	2.671
Dr. Taygra	308
Dra. Carla	871
Total de Procedimentos	3.542
Atendimentos do PSF	TOTAL
Realização de Palestras	0
Visitas Domiciliares	0
Atividades Preventivas nas Escolas	2
Encaminhamento de Exames Especializados	TOTAL
Exames Gestantes	0
Exames Laboratoriais SUS	0
Convênio Prefeitura	0
Raio- X	2
Mamografia	13
Ecografia	0
Tomografia Computadorizada	0
Ultrassom	16
Cintilografia	0
Colonoscopia	0
Eletroneuromiografia	5
Ressonância Magnética	0
Endoscopia Digestiva Alta	0
Total exames realizados	36
Encaminhamento de Consultas Especializadas	TOTAL
Convênio SUS	80
	18



Convênio Prefeitura	98
Total Pessoas Atendidas	98
Baixas Hospitalares	110
Hospital São Vicente de Paulo	51
Hospital da Cidade de Passo Fundo	5
Hospital São Sebastião-Espumoso	37
Hospital Frei Clemente de Soledade	5
Outros Hospitais	208
Total Pessoas Atendidas	
	TOTAL
Procedimentos Realizados Pela Vigilante Sanitária	0
Visita p/coleta de larvas- PE(Pontos Estratégicos)	72
Coletas d'água	72
Visitas a Residência	9
Inspeção de Estabelecimentos	4
PIT	209
Outras Atividades	366

4 – DO DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO CONFORME ART. 58 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Receita orçamentária teve o seguinte desempenho no exercício que se encerrou:

Descrição	Orçada (A)	Realizada (B)	% (B/A)
RECEITA TRIBUTARIA	750.000,00	827.741,25	110,37
RECEITA DE CONTRIBUICOES	65.000,00	71.687,73	110,29
RECEITA PATRIMONIAL	30.000,00	110.650,09	368,83
RECEITA DE SERVICOS	525.000,00	605.848,11	115,40
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.974.018,00	14.175.528,90	101,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	155.000,00	221.636,73	142,99
OPERACOES DE CREDITO	583.450,00	604.155,40	103,55
ALIENACAO DE BENS	0,00	90.431,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	316.550,00	594.543,89	187,82
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	-2.099.018,00	-2.140.583,53	101,98
TOTAL	14.300.000,00	15.161.639,57	106,00

4.1 - Análise quanto ao desempenho da arrecadação:

A arrecadação da receita atendeu a expectativas no exercício de 2016.



A arrecadação municipal, de modo geral superou a estimativa inicial, tanto na receita tributária como nas receitas de serviços de demais receitas correntes.

A arrecadação de FPM, que estava bem abaixo das expectativas iniciais até o mês de novembro, acabou fechando o ano de forma satisfatória, o que se deve ao recebimento de valores decorrentes da repatriação de recursos, transferidos aos municípios no último bimestre do exercício.

A arrecadação de ICMS, segunda maior receita do Município, por sua vez ficou um pouco abaixo da estimativa inicial, sendo que o valor previsto era de R\$ 3.041.000,00 e a arrecadação foi de R\$ 2.948.637,85.

Para as demais receitas correntes de transferências constitucionais e voluntárias, de modo geral, a arrecadação foi de acordo com as estimativas iniciais para o exercício.

Quanto à receita de capital, ocorreu recebimentos de alguns valores decorrentes de convênios firmados anteriormente, tais como recursos para pavimentação de vias públicas do perímetro urbano, aquisição de trator para patrulha agrícola e para aquisição de veículo para a Secretaria da Saúde. Houve alienação de bens no exercício que resultou numa receita de R\$ 90.431,00, além de recebimento de recursos de operação de crédito para a construção do centro administrativo, obra concluída no exercício de 2016.

4.1.1 - Quanto às Receitas Tributárias

4.1.1.1 – Medidas no sentido de Recuperação de Créditos Tributários

Destaca-se que o Município implementou a cobrança administrativa de créditos tributários, sendo que foram recuperados:

Tributo	Recuperado Administrativamente
IPTU	42.746,89
ISSQN	4.849,14
ITBI	0,00
Taxas	5.656,64

4.1.1.2 – Medidas Judiciais no sentido de Recuperação de Créditos Tributários

O Município mantém 22 ações judiciais para a recuperação dos créditos fiscais:



Tributo	Valor inscrito R\$	Quantidade de Ações
IPTU	21.954,29	17
ISSQN	2.228,86	2
ITBI	0,00	-
TAXAS	947,68	3
Total	25.130,83	22

No contexto geral, em 31/12/2016 existiam 87 (oitenta e sete) ações ajuizadas totalizando a quantia de R\$ 379.950,80, em valores corrigidos, sendo que foram encaminhadas para ajuizamento mais 40 ações, no valor de R\$ 152.166,30.

A evolução do montante dos créditos inscritos em dívida ativa nos últimos três exercícios financeiros segue demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016
SALDO TOTAL DA DÍVIDA ATIVA	625.494,67	814.094,84	1.436.237,13
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	167.670,15	274.563,93	609.117,76
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	457.824,52	539.530,91	827.119,37

4.1.1.3 – Ações no sentido de combate à Sonegação e Incremento de Receitas Municipais

As ações implementadas pelo Município no sentido de fiscalização tributária e no sentido de combate à sonegação e incremento de receitas que vêm sendo desenvolvidas são as seguintes:

I - encaminhamento de avisos de cobrança a todos os contribuintes que possuíam débitos junto ao setor tributário do Município, notificando-os da acerca da iminente inscrição em dívida ativa, buscando promover a arrecadação de tais créditos e evitar a execução fiscal.

II - No exercício 2015 foi sancionada a Lei nº 874/2015, onde houve aprovação de concessão de incentivos para os contribuintes quitarem seus débitos junto ao erário público com benefícios, tais como pagamento parcelado de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, com remissão de juros e anistia de multas para pagamento das parcelas à vista, o que deu um reflexo positivo na arrecadação da receita municipal.



Tio Hugo - RS

Prefeitura
Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Por fim, destacamos que todas as ações desenvolvidas estão retratadas nas demonstrações contábeis e orçamentárias e os aspectos mais relevantes da execução orçamentária encontram-se apresentadas nesta exposição circunstanciada. Todavia, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentação de documentos que se façam necessárias como cumprimento do mandamento constitucional de prestar contas.

Tio Hugo, 27 de janeiro de 2017.


GILSO PAZ
Prefeito Municipal